

## **SUPREMO TRIBUNAL MILITAR**

Órgão da Justiça Militar criado em 1º de abril de 1808 na cidade do Rio de Janeiro por alvará do príncipe dom Fernando José de Portugal, ministro-assistente do gabinete do príncipe regente dom João, com o nome de Conselho Supremo Militar e de Justiça. Em 1893 passou a denominar-se Supremo Tribunal Militar e, com a Constituição de 1946, teve seu nome alterado para Superior Tribunal Militar.

### **IMPÉRIO E PRIMEIRA REPÚBLICA**

O Conselho Supremo Militar e de Justiça tinha por função julgar crimes de natureza civil e militar, mantendo, além disso, um caráter consultivo, posto que a Coroa portuguesa submetia a seu julgamento diferentes questões administrativas, como o reconhecimento de serviço de guerra, a outorga de condecorações e até mesmo o aumento de soldo de praças e de oficiais.

Após a Independência, o Conselho Supremo Militar e de Justiça não sofreu modificações consideráveis, não chegando sequer a ser mencionado no Título 6º da Constituição de 1824, que tratava do Poder Judicial. Permaneceu, assim, desempenhando as mesmas funções durante todo o Império, sem alteração de estrutura ou mudança de sede.

Proclamada a República, a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 estabeleceu consideráveis modificações na estrutura e na organização do Poder Judiciário, e confirmou o Supremo Tribunal Federal (STF), criado pelo Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, como a corte de mais alta instância do país. Mas somente através do Decreto nº 149, de 18 de julho de 1893, assinado por Floriano Peixoto, foi organizado o Supremo Tribunal Militar, incumbido de “julgar em segunda e última instância todos os crimes militares, como tais capitulados na lei em vigor”, assim como de “estabelecer a forma processual militar enquanto a matéria não for regulada por lei” (art. 5º). O tribunal seria composto de 15 membros vitalícios, sendo oito do Exército, quatro da Marinha e três juízes togados (art. 1º), seria presidido pelo general mais graduado que dele fizesse parte (art. 10), e teria uma secretaria (art. 12). Segundo o artigo 22 do mesmo decreto, seriam “respeitados os direitos adquiridos pelos atuais membros do Conselho Supremo Militar e de Justiça, empregados da

respectiva secretaria, passando todos nos cargos que ocupam para o Supremo Tribunal Militar, mas sem os títulos nobiliárquicos ou de conselho que porventura gozem”.

O Supremo Tribunal Militar, apesar de ter dado continuidade ao antigo Conselho Supremo Militar e de Justiça, mantendo inclusive os mesmos membros, ganhou autonomia, já que até então a presidência do conselho sempre fora exercida pelo chefe da nação: no Império, por dom João VI, seguido de dom Pedro I e dom Pedro II, e nos primeiros anos da República, pelos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Sendo assim, o primeiro presidente do Supremo Tribunal Militar foi o almirante Delfim Carlos de Carvalho, que deixou para trás o título de barão da Passagem.

### APÓS 1930

A partir da Constituição de 16 de julho de 1934, o Supremo Tribunal Militar e os tribunais militares inferiores foram considerados órgãos de justiça especializados. Criava-se, assim, a Justiça Militar da União, a exemplo do que ocorreu nos Estados europeus, sobretudo naqueles que foram palco das ações da guerra de 1914. No Brasil, ainda sob o impacto da Revolução de 1930 e da Revolução Constitucionalista de 1932, e diante do reinício de antigas hostilidades na Europa, a Constituição de 1934 trouxe como novidade o fato de a Justiça Militar, através do STM, passar a ter competência para julgar civis em crimes contra a “segurança externa do país ou contra instituições militares”.

Com a Constituição de 1937, outorgada pelo presidente Getúlio Vargas a 10 de novembro, a Justiça Militar manteve-se com as mesmas atribuições, e o Supremo Tribunal Militar não sofreu modificações quanto à sua estrutura e sede. Contudo, pelo Decreto-Lei nº 925, de 2 de dezembro de 1938, que instituiu Código da Justiça Militar, a Justiça Militar e seu órgão de mais alta instância foram reestruturados. Em um de seus artigos, o código dispunha sobre a composição e a competência do Supremo Tribunal Militar. O órgão passava a ser integrado por 11 juízes vitalícios, a exemplo do STF, nomeados pelo presidente da República e escolhidos na seguinte proporção: quatro generais efetivos do Exército, três almirantes efetivos da Marinha e quatro civis. Entre outras atribuições, o tribunal deveria, segundo o decreto-lei, “processar e julgar originariamente os ministros do mesmo tribunal, o procurador-geral e os oficiais-generais do Exército e da Armada”; “processar e julgar as petições de *habeas-corpus*, quando a coação ou ameaça emanar de autoridade militar,

administrativa ou judiciária” – o que deu à corte, pela primeira vez, competência para o exame do instituto do *habeas-corpus*; “julgar os conflitos de jurisdição suscitados entre os conselhos de Justiça Militar”; “eleger seu presidente e vice-presidente”; “elaborar seu regimento interno”; e “consultar, com seu parecer, as questões que lhe forem afetas pelo presidente da República sobre economia, disciplina, direitos e deveres das forças de terra e mar e classes anexas”.

A Constituição de 18 de setembro de 1946 não modificou a organização da Justiça Militar. Contudo, os constituintes decidiram alterar o nome da corte, que passou a se chamar Superior Tribunal Militar (STM). Como nas constituições anteriores, competia à Justiça Militar processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes eram assemelhadas. Mais uma vez, esse foro especial podia estender-se aos civis, nos casos em que a lei assim determinasse, para a repressão de crimes contra a segurança externa do país ou contra as instituições militares. Como nas cartas que a precederam, a Constituição de 1946 deixou para o legislador ordinário a tarefa de elaborar as leis que tratavam da organização do tribunal.

A partir do movimento político-militar de abril de 1964, e especificamente do Ato Institucional nº 2 (AI-2), de 27 de outubro de 1965, ampliou-se o poder jurisdicional da Justiça Militar. O artigo referente à competência do STM para processar e julgar civis, nos casos determinados pela lei, em crimes contra as instituições militares, tradicionalmente repetido nas constituições republicanas, sofreu uma significativa modificação, pois o tribunal não mais cuidaria do julgamento de crimes contra a “segurança externa”, e de crimes contra a “segurança nacional”, noção mais genérica que englobava a idéia de ameaça interna. Ao STM foi atribuída a competência para o julgamento dos governadores de estado e de seus secretários nesses mesmos crimes, jurisdição que cabia anteriormente aos tribunais de justiça dos estados. O AI-2 dispôs ainda sobre a composição do STM, que passou a ser constituído de 15 membros vitalícios, nomeados pelo presidente da República depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal. Do total de juízes, três deveriam ser escolhidos entre os oficiais gerais da ativa da Marinha, quatro entre os oficiais gerais da ativa do Exército, três entre os oficiais gerais da ativa da Aeronáutica e cinco entre civis. Pela primeira vez, tornava-se obrigatória a presença da Aeronáutica na composição da corte.

A Constituição de 24 de janeiro de 1967 incorporou integralmente o texto do AI-2 no tocante à Justiça Militar, passando assim as regras que determinavam a composição do STM a fazer parte do texto constitucional. Ao retirar tais regras da esfera da legislação ordinária, a Carta de 1967 fez com que somente por emenda constitucional aquela composição pudesse ser alterada. No tocante à questão dos processos e julgamentos de civis, dos governadores de estado e de seus secretários, a Carta de 1967 admitia recurso ordinário ao STF, o que atenuava o caráter discricionário da antiga redação no AI-2.

Apesar do endurecimento do regime, traduzido de forma clara na edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5), de 13 de dezembro de 1968 – que promoveu radical transformação da ordem jurídica, suprimindo o *habeas-corpus*, introduzindo a possibilidade de se manter em prisão cidadãos sem acusação formal ou processo judicial, e retirando os atos do governo militar de apreciação judicial –, o STM não sofreu modificações na sua estrutura, competência ou organização. Entretanto, o artigo da Carta de 1967 que permitia recurso ordinário ao STF no julgamento de civis foi suprimido pela Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, e as decisões do STM, no tocante ao julgamento de civis, voltaram a ter caráter definitivo. //

A Emenda Constitucional nº 7, de 13 de abril de 1977, que ficou conhecida como “pacote de abril”, editada durante o recesso do Congresso Nacional provocado pelo presidente Ernesto Geisel, não trouxe qualquer mudança na composição ou nas atribuições do STM. Contudo, introduziu a obrigatoriedade constitucional de fazê-lo funcionar dividido em turmas de julgamento e equiparou o vencimento de seus ministros ao vencimento dos ministros do Tribunal Federal de Recursos.

Depois da promulgação da Constituição de 1988, o STM voltou a ter o caráter de corte especializada, visto que lhe foram retiradas as atribuições de coloração política. Desse modo, os governadores e seus secretários voltaram a ser julgados com base nas constituições estaduais e pelos tribunais de justiça dos estados. Desapareceu do texto constitucional um artigo que esteve presente em todas as constituições republicanas: a extensão da competência da Justiça Militar para o julgamento de civis, quer por crime contra a “segurança externa”, quer, como a partir do AI-2, por crime contra a “segurança nacional”. A partir de 1988, a lei ordinária, emanada do Congresso Nacional através do

jogo político-partidário, voltou a ser a responsável pela organização e pela atribuição da competência da Justiça Militar.

*Mônica Kornis /Eduardo Junqueira*

FONTES: CAMPANHOLE. *Constituições*; CONST. FED. 1988; *Rev. Sup. Trib. Mil.*